



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR	Presidente
BPS	Vice-Presidente
BTR	
BTR	
MSC	
MSC	
BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira
Deputado Sebastião Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	MSC	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	MSC	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	
Deputado	BPS	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	MSC	
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BTR	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Délio Malheiros	BPS	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Elismar Prado	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio	BPS	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duarte Bechir	BPS	
Deputado Célio Moreira	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR	
----------------------------	-----	--



Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Bruno Siqueira	MSC
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado André Quintão	MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Doutor Viana	BTR	Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	BMC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BPS
Deputado Cássio Soares	BTR
Deputado Rogério Correia	MSC
Deputado Ivair Nogueira	BMC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BPS	Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Ivair Nogueira	MSC

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BPS	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	MSC	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Carlin Moura	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado Doutor Viana	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado	BPS	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Rogério Correia	MSC	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BPS	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	Vice-Presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	



Deputado Gilberto Abramo MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado João Leite BTR
Deputado Bosco BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Antônio Júlio MSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BTR Presidente
Deputado Hely Tarquínio BPS Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista BPS
Deputado Neider Moreira BTR
Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Duílio de Castro BPS
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Almir Paraca MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputada Maria Tereza Lara MSC Vice-Presidente
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira BTR
Deputado Durval Ângelo MSC
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT Vice-Presidente
Deputado Juninho Araújo BPS
Deputado Pompílio Canavez MSC
Deputado Tadeu Martins Leite MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir BPS
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Antônio Genaro BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Hely Tarquínio	BPS	Presidente "ad hoc"
Deputado Doutor Viana	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	
Deputado Romel Anízio	BPS	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Rogério Correia	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

1 - ATAS



1.1 - 20ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a Homenagear a Empresa Transnorte Transporte e Turismo Norte de Minas Ltda. pelos 40 anos de sua Fundação

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA 20ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/6/2011

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras da Deputada Ana Maria Resende - Entrega de placa - Palavras do Sr. Antônio Henrique Sapori - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Paulo Guedes - Ana Maria Resende - Doutor Viana - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a empresa Transnorte Transporte e Turismo Norte de Minas Ltda. pelos 40 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Antônio Sapori, fundador da Empresa Transnorte Transporte e Turismo Norte de Minas Ltda.; Deputado Federal Jairo Ataíde; Deputado Federal Gabriel Guimarães; Deputado Gil Pereira, Secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas; e Antônio Henrique Sapori, Diretor da Empresa Transnorte; e a Exma. Sra. Deputada Ana Maria Resende, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença da Exma. Sra. Beatriz Moraes de Sá Correa, Subsecretária de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras da Deputada Ana Maria Resende

“Sonhe com aquilo que você quiser. Seja o que você quer ser, porque você possui apenas uma vida, e nela só se tem uma chance de fazer aquilo que se quer. Tenha felicidade bastante para fazê-la doce, dificuldades para fazê-la forte, tristeza para fazê-la humana e esperança suficiente para fazê-la feliz. As pessoas mais felizes não são as que têm as melhores coisas, mas as que sabem fazer o melhor das oportunidades que aparecem em seu caminho. A felicidade aparece para aqueles que choram, para aqueles que se machucam, para aqueles que buscam e tentam sempre e para aqueles que reconhecem a importância das pessoas que passam por sua vida.”



Esse texto é de Clarice Lispector e, com certeza, retrata a direção da Transnorte.

Gostaria de iniciar cumprimentando todos os amigos da Transnorte que aqui vieram, para conosco homenagear essa empresa, que, para o Norte de Minas, é um orgulho. A Transnorte nos presta serviço e nos deixa com a alma feliz por podermos comemorar hoje os seus 40 anos de existência em nosso torrão norte-mineiro.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Antônio Sapori, na pessoa do qual cumprimento toda a família Sapori e toda a família Transnorte.

“A Transnorte está completando quatro décadas de estrada, com muita luta, muitas histórias e muitas realizações.” Quem disse isso foi o Sr. Antônio Sapori.

Mais do que seus idealizadores, Sr. Antônio, nós, do Norte de Minas, estamos orgulhosos porque contribuimos para que o sonho de uma família de desbravadores se concretizasse, transformando um pequeno negócio em uma das maiores empresas de transporte do nosso país.

Tudo na vida começa por algo muito simples: um rio, por uma única gota; um prédio, pelo primeiro tijolo; e a Transnorte, pelo sonho da família Sapori. Sonho dos irmãos Antônio, Henrique, José Luiz e Luiz, que, vindos de Ribeirão das Neves, enxergaram em nossa região o insumo e as luzes de que precisavam para desenvolver suas aspirações. Uma história de luta e superação. Antônio, apenas com 22 anos, adquiriu a empresa Nossa Senhora das Neves. Administrá-la foi um desafio: veículos velhos, estradas péssimas e poucos passageiros; mas, com dedicação, força de vontade e as boas ideias de amigos, como a do grande campeão do mundo pela Seleção Brasileira de Futebol Wilson Piazza, a empresa encontrou o caminho da estabilidade. Com a empresa renovada, não resistiram a uma proposta tentadora, deixaram o negócio e, após um período de experiência, com uma torneria, adquiriram a empresa Tolentino, que atendia a Montes Claros e a algumas cidades vizinhas. O desafio era retomado, agora, em lugar distante da terra natal, transitando por estradas poeirentas, sob sol escaldante, longe dos amigos e da família. A luta foi renhida. Em alguns momentos faltava até o básico, mas a confiança no sucesso e a solidariedade do povo da região alimentavam a ousadia e a esperança dos Sapori.

Superadas as primeiras dificuldades, com a empresa já no rumo certo, foi possível adquirir a Imperial, que fazia a linha Montes Claros - Belo Horizonte, empresa que muitas vezes transportou o Deputado Doutor Viana, de Curvelo a Montes Claros, quando ele cursava a faculdade de medicina. Nascia aí a Transnorte. Sua área de atuação foi ampliada para diversas cidades: Taiobeiras, São Francisco, Salinas e Montalvânia. A partir daí, a preocupação em atender sempre melhor a seus clientes, motivada pela oportunidade e pelo transporte que já fazia, como o de queijo, mantimentos, arreios, painéis e até de pequenos animais, fez surgir a Transnorte Cargas.

O grupo nunca parou de crescer. Foi impulsionado pela experiência e pela sabedoria de seus fundadores, pela juventude e pela criatividade de seus sucessores, jovens bem-preparados, com a mesma tenacidade e talento de seus pais: Henriquinho, Humberto e Antônio Henrique. Nós, que já tivemos oportunidade de viajar pela Transnorte, podemos atestar que fomos atendidos com presteza, carinho e eficiência em todos os momentos da nossa jornada.

O grupo Transnorte tem visão de futuro, adota medidas que atendem rigorosamente às exigências dos órgãos ambientais. Toda a sua frota de veículos vem certificada com selo de proteção ambiental, emitido pela Feam. Suas sobras e resíduos são rigorosamente destinados a reciclagem. Em nenhum momento descuida da qualidade, do atendimento a seus clientes, tampouco da qualificação e da profissionalização de seus mais de 800 funcionários. Esse comportamento demonstra a preocupação de seus dirigentes com o ecossistema, com o ser humano.

Tenho a certeza de que, se não fossem D. Nízia, esposa do Sr. Antônio, e D. Maria da Conceição, esposa do Sr. Henrique e mãe de Henriquinho, mulheres que sabem transmitir amor e segurança à família e que sabem orientar e dirigir os filhos, jamais essa história estaria sendo contada. Vocês, mulheres da família Transnorte: D. Nízia, D. Maria da Conceição, Maria de Lourdes, Sarah Caroline, Rita de Cássia, com inteligência e amor, ingredientes que compõem o caráter feminino, são a sustentação e o equilíbrio do grupo. Parabéns! Sinto-me orgulhosa e desafiada com o exemplo de vocês.

Neste momento de festa, não posso deixar de saudar e aplaudir os funcionários, peças importantes dos motores que impulsionam a empresa, e o faço em nome dos três colaboradores mais antigos ainda na ativa. Gostaria que levassem a Flávio Gusmão, José Henrique Barbosa e Laércio Veloso o abraço desta Deputada e da Assembleia Legislativa, além do reconhecimento de todos nós pelo trabalho que vem sendo prestado ao Norte de Minas e ao Estado. Parabéns a todos os que contribuíram para o crescimento da Transnorte, que durante 40 anos transportou carga, gente, esperança e sonhos. Mais do que tudo, no Norte de Minas, cujas distâncias e dificuldades conhecemos, transportou saúde, salvou vidas. A todos, o nosso aplauso e reconhecimento. Muito obrigada.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Doutor Viana, representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega ao Sr. Antônio Sapori, fundador da Empresa Transnorte Transporte e Turismo do Norte de Minas Ltda. de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: “Coragem e determinação em desenvolver o transporte coletivo regional marcaram o surgimento da Transnorte, em 1971. Constância e empreendedorismo a fizeram crescer e tornar-se referência de mercado. Buscando permanentemente modernizar-se, a empresa presta significativa contribuição ao desenvolvimento dos transportes no Estado, realizando seus serviços sob rigorosos padrões de gestão de qualidade. É com satisfação que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais homenageia a Empresa Transnorte Transporte e Turismo Norte de Minas Ltda. por seus 40 anos de existência”.

O Sr. Presidente - É com muita alegria que a Presidência convida a Deputada Ana Maria Resende, autora do requerimento que suscitou esta homenagem, para que também nos acompanhe na entrega da placa ao Sr. Antônio Sapori.

O locutor - Participaram também deste ato solene de entrega da placa o Deputado Tadeu Martins Leite; o Deputado Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, e o Deputado Federal Gabriel Guimarães.

Palavras do Sr. Antônio Henrique Sapori

Cumprimento os Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Federal Jairo Ataíde; Deputado Gil Pereira, Secretário de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas; Deputado Federal Gabriel Guimarães; a Exma. Sra. Deputada Ana Maria Resende, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem; Sr. Antônio Sapori, meu pai, fundador da Empresa Transporte e Turismo Norte de Minas Ltda.; senhoras e senhores, boa noite!

Em 1957, ainda bem jovem, o vendedor de lenha Antônio Sapori, meu pai, com o apoio do seu avô, Henrique Sapori, inicia sua trajetória no ramo de transportes em uma pequena empresa de ônibus que fazia a linha de passageiros entre Ribeirão das Neves e Belo Horizonte. Passados os anos, já em 1971, em Montes Claros, com seus irmãos, Antônio Sapori dá início a uma nova era no conceito de transporte rodoviário de passageiros. Nasce, então, a Transnorte, e assim começa uma longa jornada de trabalho, árduo e persistente. Uma história de muitas lutas, sacrifícios e dedicação. Ao longo de todo esse tempo, os obstáculos não foram pequenos, mas bem menores que a vontade de vencer, dizia meu pai.

Hoje, a Transnorte tornou-se a maior empresa rodoviária do Norte de Minas, conectando mais de 74 destinos, dentro e fora do Estado. Focada na sua missão de transportar seus passageiros com segurança e conforto, utiliza as mais avançadas tecnologias existentes no mercado de transporte. Investimos milhões de reais por ano na capacitação de cerca de 800 funcionários, na aquisição, na segurança e na manutenção geral dos nossos veículos. Todos os anos adquirimos veículos novos para compor a nossa frota, visando a beneficiar um maior número de passageiros. São mais de dois milhões e meio de pessoas transportadas por ano. Afinal, sabemos que o desejo dos nossos passageiros é chegar bem e o quanto antes ao seu destino.

Essa missão que se iniciou em 1971 é seguida pela nossa terceira geração. Nossos filhos sabem do compromisso e da seriedade dos serviços prestados pela Transnorte. De geração em geração, estaremos sempre concentrando os nossos esforços na grande responsabilidade que temos, ao levar você e sua família ao destino escolhido.

Esta reunião, convocada pela ilustre montes-clarense Ana Maria, tenham certeza, ficará marcada na história da Transnorte. Esta homenagem é, antes de tudo, uma atitude de desprendimento. E, como tal, retrata não só a generosidade desta Casa, mas o olhar atento de nossos parlamentares para o Norte de Minas. Através da iniciativa da Deputada Ana Maria, encaminho os nossos mais sinceros agradecimentos a todos que trabalham nesta Casa. Antes de terminar, agradeço com emoção e profunda dedicação aos nossos colaboradores que aqui representam nossos 800 funcionários: meu muito obrigado e que Deus continue abençoando todos nós. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Inicialmente, cumprimento meu colega de partido, correligionário e amigo, Deputado Federal Jairo Ataíde, esposo da Deputada, colega de mandato, Ana Maria Resende, que teve esse momento extraordinário ao apresentar esse requerimento, que foi apoiado por unanimidade aqui na Casa, para homenagear os 40 anos da Transnorte. Parabênizo a Deputada Ana Maria Resende por este momento tão especial. Cumprimento os dois.

Cumprimentando o Sr. Antônio, quero cumprimentar a sua companheira D. Nízia, que foi “uma” baluarte, D. Nízia Amélia, já que sozinho o senhor não iria a lugar nenhum. Para suportar tudo isso, ela tinha de ser rocha mesmo. Parabéns. Ela está aqui representando a mulher montes-clarense, a mulher mineira, a mulher brasileira. Na sua pessoa, cumprimento todas as mulheres presentes. Também quero cumprimentar o nosso amigo e colega da Assembleia por vários mandatos, o Secretário de Estado e Deputado Gil Pereira, sempre presente. Cumprimento ainda o Sr. Antônio Henrique Sapori, que, juntamente com a Rita, dirigem a Transnorte Transporte. O senhor não vai abrir mão de o Humberto dirigir a Transnorte. O Sr. Antônio não deixa passar nada despercebido. Ele está muito atento. Também cumprimento, com muita alegria, o Antônio Henrique. Não poderia me esquecer do amigo e conterrâneo Gabriel Guimarães, jovem e brilhante Deputado Federal, aqui abrilhantando esta reunião. Meus colegas de Assembleia, o Deputado Paulo Guedes, grande, vibrante e atuante Deputado desta Casa, o Deputado Tadeu Martins Leite, igualmente jovem e brilhante na Assembleia Legislativa. Quero também cumprimentar a nossa amiga e Subsecretária Beatriz, que aqui representa a Sedru. Cumprimento o Fernandinho. Aliás, ele disse que o nome dele não é Fernando, é Fernandinho para mim, que sou pediatra. Por fim, quero cumprimentar todas as crianças presentes, os presentes a esta reunião especial, principalmente os funcionários da Transnorte, as pessoas que nos assistem pela TV Assembleia, os funcionários da Casa e da TV Assembleia.

Serei breve, assim como está sendo esta reunião. É muito grande a nossa satisfação.

Quando recordamos toda essa história, vimos que, no ano de 1971, os irmãos Sapori adquiriram uma pequena empresa de transporte de passageiros, que ligava algumas cidades do Norte de Minas a Montes Claros. Eles certamente não imaginavam que essa pequena empresa iria alcançar um grande desenvolvimento, um grande êxito, a ponto de tornar-se referência e ocupar a liderança em seu segmento em toda a região.

Aquele grupo de pioneiros e idealistas tinha, naturalmente, o objetivo de fazer o empreendimento crescer - isso é natural -, mas sua maior preocupação era outra: a de aprimorar os serviços prestados e oferecer um atendimento de qualidade aos moradores dos Municípios daquela região do nosso Estado.

No ramo empresarial, assim como em grande parte das atividades humanas, há um princípio indispensável à obtenção de bons resultados: o comprometimento em fazer bem feito. A esse propósito aliam-se os requisitos da dedicação, da competência, do conhecimento cada vez maior da atividade ou do negócio em que se esteja envolvido.

Foi esse o caminho traçado pelos irmãos Sapori para impulsionar a Transnorte, a empresa criada por eles há 40 anos. O reconhecimento por parte de usuários, parceiros e colaboradores, assim como o gradativo crescimento, aconteceram como consequência das diretrizes por eles traçadas e do empenho com que se lançaram a esse arrojado projeto.

Hoje a Transnorte tem uma história de absoluto sucesso. Ninguém duvida. É a principal empresa de transporte de passageiros do Norte de Minas, servindo a um grande número de Municípios do Estado e estendendo seus serviços a outras unidades da Federação, como a Bahia e o Rio de Janeiro.

A ampliação da frota de ônibus e do número de linhas sempre foi acompanhada pela modernização dos veículos, pelo uso das melhores tecnologias, pelo rigoroso controle de qualidade, com o objetivo final de garantir um atendimento diferenciado aos clientes, pautado principalmente pelo conforto e pela segurança.

Outro ponto de permanente atenção da empresa que estamos homenageando foi a relação cuidadosa com seus funcionários, não apenas do ponto de vista do treinamento para o exercício de seu trabalho como também no que diz respeito a sua valorização como profissionais e como seres humanos.

Do imprescindível serviço de transporte de passageiros, que beneficia grande parte da população do Norte de Minas, a empresa passou a atuar também no transporte de cargas, mantendo a mesma preocupação com a qualidade, com a utilização dos recursos tecnológicos, com o rigoroso treinamento de seus funcionários. Nessa área, a Transnorte também cresceu sob a permanente orientação de atender às expectativas de seus clientes, buscando sempre um elevado nível de eficiência. No campo específico do transporte de cargas, essa eficiência traduz-se principalmente em pontualidade, rapidez e segurança.

A ampliação de seus horizontes levou também o grupo empresarial a entrar, com o mesmo padrão de qualidade, no setor de turismo, estendendo ainda sua atuação a outros campos, como o agropecuário e o da revenda de automóveis.

Por toda essa história de sucesso, por sua inestimável contribuição ao desenvolvimento do nosso Estado, principalmente ao do Norte de Minas, a Assembleia Legislativa tem a grande satisfação de prestar, em nome do povo mineiro, esta merecida homenagem à Transnorte.

Na pessoa do Sr. Antônio Sapori, fundador desse notável empreendimento, cumprimentamos todos os seus Diretores, parceiros, funcionários e colaboradores, parabenizando-os pelas quatro décadas de bons serviços prestados a tantas pessoas e a tantos Municípios do nosso Estado. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 28, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição de 28/6/2011.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/6/2011

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 953/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Participação Popular, de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Trabalho, da Previdência e da Ação Social, com a finalidade de debater os impactos sociais da Copa de 2014 e a elaboração de um plano de sustentabilidade social para o evento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Marques Abreu, Presidente – Adelmo Carneiro Leão – Antônio Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE RÚBIO DE ANDRADE PARA DIRETOR-GERAL DO IDENE, EM 8/6/2011

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados André Quintão e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente “ad hoc”, Deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião desta Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado André Quintão para atuar como escrutinador. Feita a votação e a contagem dos votos, o escrutinador anuncia que foram registradas três cédulas de votação e que os Deputados Luiz Henrique e o Deputado André Quintão receberam três votos cada um, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A seguir a Presidente “ad hoc” proclama o resultado da eleição e declara empossado como Presidente o Deputado Luiz Henrique, a quem passa a direção dos trabalhos. Este, por sua vez, declara empossado o Deputado André Quintão como Vice-Presidente e agradece a confiança nele depositada. Em seguida, designa como relatora da matéria

a Deputada Ana Maria Resende. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Luiz Henrique, Presidente - Duarte Bechir - Ana Maria Resende.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2011

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Cássio Soares, Delvito Alves e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.001, 2.006 e 2.007/2011 (Deputado André Quintão); 1.999, 2.000 e 2.009/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 1.996, 2.003 e 2.008/2011 (Deputado Cássio Soares); 1.994, 1.997 e 2.005/2011 (Deputado Delvito Alves); 1.995 e 2.002/2011 (Deputado Luiz Henrique); e 1.998 e 2.004/2011 (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É rejeitado requerimento do Deputado Bruno Siqueira em que solicita seja retirado de pauta o Projeto de Lei nº 92 e Projeto de Lei Complementar nº 2/2011. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.141/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves); 1.340/2011 na forma do Substitutivo nº 1, 94/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 1.469/2011 na forma do Substitutivo nº 1, e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 293/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira); e 185/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique). São convertidos em diligência ao Secretário de Defesa Social e à Ouvidoria-Geral do Estado o Projeto de Lei nº 1.443/2011 (relator: Deputado Cássio Soares, em virtude de redistribuição); à Secretaria de Estado de Educação - SEE - o Projeto de Lei Complementar nº 3/2011, à Cemig e à Copasa o Projeto de Lei nº 121/2011, à Secretaria de Estado de Regulação Fundiária o Projeto de Lei nº 165/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique); e ao Detran-MG o Projeto de Lei nº 239/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 279/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa); e dos Projetos de Lei nºs 82/2011 (relator: Deputado Cássio Soares); 107 e 309/2011 (relator: Deputado Delvito Alves); 110/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira) e 270/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique). Os pareceres sobre o Projeto de Lei Complementar nº 2/2011 e os Projetos de Lei nºs 92 e 296/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputado Cássio Soares (os dois primeiros) e Deputado Sebastião Costa. Registra-se a presença do Deputado André Quintão. São Convertidos em diligência às Secretarias de Estado de Saúde - SES - e de Defesa Social - Seds - o Projeto de Lei nº 315/2011; à Secretaria de Estado de Fazenda - SEF - o Projeto de Lei nº 520/2011 (relator: Deputado Delvito Alves); à Seds o Projeto de Lei nº 317/2011, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - o Projeto de Lei nº 688/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira) ao Detran-MG e à SEF o Projeto de Lei nº 339/2011, à SES os Projetos de Lei nºs 443, 492, 645, 673, 701 e 829/2011, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede - e à SEF o Projeto de Lei nº 810/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique); à SES e à SEE o Projeto de Lei nº 344/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 434/2011 (relator: Deputado André Quintão). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 480/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa); 784, 794/2011 (relator: Deputado Cássio Soares); 825 e 837/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 729 e 845/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Delvito Alves e Cássio Soares. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 846 e 898/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 1, e 974/2011 (relator: Deputado André Quintão). Retira-se da reunião o Deputado André Quintão. São convertidos em diligência à SES o Projeto de Lei nº 980/2011, à SES e à Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego - Sete - o Projeto de Lei nº 1.206/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique); e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - e à SEE o Projeto de Lei nº 1.071/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.008/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Luiz Henrique); 1.140 e 1.227/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Cássio Soares, o primeiro em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.035/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelo relator, Deputado Sebastião Costa. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 1.040/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira); 1.102 e 1.321/2011 (relator: Deputado Delvito Alves). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.210/2011, é deferido o pedido de vista do Deputado Delvito Alves. Retira-se da reunião o Deputado Cássio Soares, e registra-se a presença do Deputado Bruno Siqueira. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.322/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Luiz Henrique, em virtude de redistribuição); 1.349/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa); e 1.372/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). São convertidos em diligência à Seplag os Projetos de Lei nºs 1.501/2011 (relator: Deputado Delvito Alves, em virtude de



redistribuição); e 1.505/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 708, 1.509/2011, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira, o primeiro em virtude de redistribuição); 1.445, 1.534, 1.507, 1.508/2011 com a Emenda nº 1, 1.525, 1.531, 1.571 (relator: Deputado Delvito Alves, os cinco últimos em virtude de redistribuição); e 1.447, 1.474 e 1.517/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 1.310, 1.450, 1.463, 1.497, 1.511, 1.520, 1.522, 1.533, 1.550, 1.553, 1.573, 1.574, 1.577, 1.591, 1.612, 1.613, 1.624, 1.650, 1.660 e 1.661/2011; ao Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior o Projeto de Lei nº 1.473/2011; à Seplag o Projeto de Lei nº 1.551/2011; à Seds o Projeto nº 1.587/2011; e à Secretaria da Casa Civil e Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 1.597, 1.625, 1.626/2011. Submetidos à votação, cada um por sua vez, é aprovado requerimento do Deputado Rômulo Viegas em que solicita seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal pedido de providências para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2011 tramite com maior celeridade, e é rejeitado requerimento do Deputado Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 440/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Cássio Soares - Delvito Alves - Luiz Henrique.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2011

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Rômulo Viegas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva(3) em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para elaborar estudos com vistas ao melhoramento da Rodovia MG-428, especialmente no trecho entre Araxá e Parque da Jaguará; em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de providências para viabilizar a reforma da Santa Casa do Município de Sacramento para possibilitar melhor atendimento aos turistas que visitarão a região no período da Copa do Mundo de 2014; e em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a construção de rodovia ligando o Município de Conquista à Gruta dos Palhares e ao Parque da Jaguará para proporcionar melhor atendimento ao turistas por ocasião da Copa do Mundo de 2014. É adiada a votação do requerimento do Deputado Durval Ângelo em que solicita seja realizada visita conjunta desta Comissão com as Comissões de Direitos Humanos e do Trabalho, Previdência, e Ação Social às dependências da Indústria de Material Bélico na unidade de Itajubá, com representantes da bancada mineira no Senado Federal e na Câmara de Deputados a requerimento do Deputado Ulysses Gomes, aprovado pela Comissão. Neste momento o Deputado Tenente Lúcio, tendo que se ausentar, passa a Presidência ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. São recebidos pela Presidência os requerimentos do deputado Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita seja encaminhado ao gerente de relações institucionais da empresa Oi no Estado pedido de informações sobre o plano de atendimento previsto para o Município de Extrema, inclusive o de banda larga; e em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Turismo pedido de providências para que seja priorizado o projeto apresentado pela Associação Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas relativo à aprovação do projeto Caminho da Graça, do Município de Bom Repouso. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rômulo Viegas.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2011

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros, Carlos Henrique e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo" do dia 4/6/2011: ofícios da Sra. Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria do Ministério da Justiça, e dos Srs. Josué Costa Valadão(3), Secretário Municipal de Governo; João Alziro Herz da Jornada, Presidente do Inmetro; e cartão do Ten.-Cel. BM Anderson Luiz



Steves Gomes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 88 e 1.083/2001 (Deputado Duílio de Castro); 427/2011 (Deputado Délio Malheiros); 902 e 1.036/2011 (Deputado Carlos Henrique); 1.012/2011 (Deputada Liza Prado) e 1.132/2011 (Deputado Antônio Júlio), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 22/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Fred Costa, em que solicita reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para discutir sobre a utilização do radar estático/móvel recentemente adotado pela BHTRANS; Liza Prado, em que solicita a realização de reunião de audiência pública para debater e ouvir sugestões sobre os testes de segurança térmica e os efeitos do aquecimento em até 90°C da parte externa dos fornos elétricos; Liza Prado, Antônio Júlio e Duílio de Castro, em que solicitam a realização de visita à Promotoria de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais com o propósito de promover a entrega das notas taquigráficas das reuniões desta Comissão que trataram da implementação do "roaming" nos Municípios atendidos pelo Programa de Acesso à Telefonia Móvel - Minas Comunica; Liza Prado, Antônio Júlio, Elismar Prado e Duílio de Castro, em que solicitam seja encaminhado ao Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - pedido de informações sobre o fato de a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC - disponibilizar o "roaming" em toda a sua área de atuação em Minas Gerais e as demais concessionárias do serviço de telefonia móvel se recusarem a fazê-lo; Liza Prado, Antônio Júlio, Elismar Prado e Duílio de Castro, em que solicitam seja encaminhado voto de congratulações com a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC - pela eficiência na implementação do "roaming" nos Municípios mineiros, especialmente nos que participam do Programa Minas Comunica. É adiada a votação do requerimento da Deputada Liza Prado, em que solicita a realização de reunião de audiência pública para debater e ouvir sugestões sobre os efeitos do endividamento gerado pela criação do sistema de crédito consignado em folha de pagamento feito por meio da Lei Estadual nº 19.490, de 2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Délio Malheiros, Presidente – Liza Prado – Carlos Henrique – Duílio de Castro.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Liza Prado e os Deputados Bonifácio Mourão, Rogério Correia, Carlos Henrique, Duílio de Castro e Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Emicon Mineração e Terraplanagem Ltda., publicado no "Diário do Legislativo" em 4/6/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 856/2011, em turno único (Deputado Gustavo Corrêa); 873/2011 (Deputado Duarte Bechir) e 1.759/2011, no 1º turno (Deputado Célio Moreira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira, Fred Costa e Rogério Correia em que solicitam sejam encaminhado às Prefeituras Municipais de Belo Horizonte e Contagem, à Caixa Econômica Federal – CEF - e à Copasa-MG pedido de providências para o envio de relatório trimestral e cronograma físico e financeiro das obras e ações referentes ao saneamento da Lagoa da Pampulha; Célio Moreira em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a regularidade ambiental do empreendimento Porto de Areia Minas Ltda., encaminhando-se, ainda, cópia do pedido e documentos relativos à matéria ao Ministério Público da Comarca de Paraisópolis; e Ivair Nogueira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para discutir os aspectos ambientais da produção de cimento. São rejeitados requerimentos dos Deputados Célio Moreira, Celinho do Sinttrocel e Durval Ângelo em que solicitam sejam realizadas visita à Fábrica Novélis e à Barragem de Resíduos de Ouro Preto e reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para averiguar as condições de segurança dos trabalhadores e da população vizinha; e Fred Costa e Rogério Correia em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para discutir o andamento das obras de despoluição da Lagoa da Pampulha. Ato contínuo, a Presidência recebe requerimentos dos Deputados Célio Moreira (3) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater a poluição provocada pelas fábricas de cal em São João da Lapa e o Projeto de Lei nº 1.759/2011, do Governador do Estado, que altera a área da Estação Ecológica de Aredes e dá outras providências; e seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Piranga pedido de informações sobre as condições de funcionamento e a regularidade ambiental da usina de triagem e compostagem de lixo desse Município; Délio Malheiros (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater a situação dos lixões na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o possível impacto ambiental da expansão dos minerodutos no Estado; Durval Ângelo em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e de Saúde para debater os impactos ambientais das atividades da Empresa de Cimentos Liz (antiga Soeicom) em Lagoa Santa e Vespasiano; Célio Moreira e Duílio de Castro (3) em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências com vistas à



ampliação das parcerias com os Municípios para o planejamento e a implantação de projetos e empreendimentos destinados à melhoria das condições ambientais; seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que os Municípios sejam isentados do pagamento das taxas cobradas para a análise de projetos e empreendimentos destinados à melhoria das condições ambientais; e seja encaminhado à CEF pedido de providências para a agilização da liberação dos recursos destinados à elaboração do projeto executivo do sistema de tratamento de esgotos de Sete Lagoas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Luzia Ferreira.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE PAULO ROBERTO MENEUCUCCI PARA DIRETOR-GERAL DA LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM 14/6/2011

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Celinho do Sinttrocel e Cássio Soares, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente “ad hoc”, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. A Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Celinho do Sinttrocel para atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se a eleição, para Presidente, da Deputada Maria Tereza Lara e, para Vice-Presidente, do Deputado Celinho do Sinttrocel, ambos com 3 votos. A Presidente “ad hoc” declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Celinho do Sinttrocel, a quem passa a direção dos trabalhos. Em seguida, o Vice-Presidente declara empossada a Deputada Maria Tereza Lara, que assume a Presidência e designa o Deputado Cássio Soares para relatar a matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2011.

Maria Tereza Lara, Presidente – Cássio Soares, relator – Doutor Viana.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA INDICAÇÃO DO NOME DE CLÁUDIA LÚCIA LEAL WERNECK PARA DIRETORA-GERAL DO IGA, EM 15/6/2011

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Adelmo Carneiro Leão (substituindo este ao Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura) e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Rômulo Viegas, por indicação da Liderança do Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Gustavo Valadares para atuar como escrutinador. Feita a votação e a contagem dos votos, o escrutinador anuncia que foram registradas três cédulas de votação e que os Deputados Sebastião Costa e Rômulo Viegas receberam três votos cada um, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A seguir, o Presidente “ad hoc” proclama os eleitos e passa a direção dos trabalhos ao Deputado Adelmo Carneiro Leão. O Deputado Adelmo Carneiro Leão empossa o Deputado Sebastião Costa, e devolve-lhe a direção dos trabalhos. Ato contínuo, o Presidente designa como relator da matéria o Deputado Rômulo Viegas. Registra-se a presença do Deputado Fabiano Tolentino. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Rômulo Viegas, Presidente – Délio Malheiros – Luiz Carlos Miranda.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/6/2011

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Romel Anízio, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Doutor Viana, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), Duarte Bechir e Rômulo Viegas (substituindo respectivamente os Deputados João Vítor Xavier e Romel Anízio, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica que foi prorrogado até o dia 30/6/2011 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 1.697/2011. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 89 e 450/2011 são retirados da pauta por determinação do Presidente por não cumprirem pressupostos regimentais, e os Projetos de Lei nºs 4, 369, 817, 963, 996, 1.065 e 1.111/2011, por haverem sido apreciados em reunião anterior. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 530/2011 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Minas e Energia, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Duarte Bechir em virtude de redistribuição), e 717/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as



Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1 e 2, e com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, e com as Emendas nºs 5 a 7 (relator: Deputado Antônio Júlio). Registra-se a presença do Deputado Romel Anízio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2011.

Zé Maia, Presidente – Duarte Bechir – Gustavo Valadares – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/6/2011

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado, Tenente Lúcio e Fabiano Tolentino (substituindo o Deputado Carlos Mosconi, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições da Comissão e a buscar alternativas, em audiência pública, para que as empresas que estão sujeitas ao regime de substituição tributária, bem como as empresas de pequeno porte e as microempresas, possam usufruir os incentivos fiscais da Lei de Incentivo à Cultura. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Domingos Xavier, publicada no “Diário do Legislativo” de 4/6/2011, e do Deputado Rômulo Veneroso, em que justifica sua ausência na reunião. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 93/2011 (Deputado Elismar Prado); e 1.034/2011 (Deputado Rômulo Veneroso); e em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.330/2011 (Deputado Tenente Lúcio); e 1.498/2011 (Deputado Elismar Prado). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Nora Vaz de Mello, Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura da Secretaria de Estado de Cultura, representando a Secretária, Eliane Parreiras; os Srs. Conselheiro Sérgio Dias Bebiano, do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, representando o Presidente, Walter Roosevelt Coutinho; Bernardo Rodrigues Espindola, Secretário Municipal de Cultura de Divinópolis; e Túlio Mourão Pontes, Conselheiro da Associação dos Amigos do Museu Clube da Esquina; e a Sra. Luciana Dias Salles, Gestora Cultural e Diretora da Bangalô Produções, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fabiano Tolentino, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.498/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 781, 784 e 786/2011, os dois últimos na forma do Substitutivo nº 1, do Deputado Elismar Prado, que altera a redação original para que o Teatro Grande Otelo seja tombado como patrimônio cultural do Estado, 785/2011 na forma do Substitutivo nº 1, do Deputado Elismar Prado, que altera a redação original para que o Teatro Grande Otelo seja tombado como patrimônio cultural do Brasil, 799, 876 e 878/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Elismar Prado, Luzia Ferreira, Carlos Mosconi, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio em que solicitam seja elaborada agenda de atividades da Comissão, com os eventos e temas constantes no Anexo ao requerimento, de modo a dar prosseguimento às sugestões colhidas durante a realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais com vistas ao aperfeiçoamento das políticas públicas de cultura do Estado; Carlin Moura em que solicita seja realizada audiência pública em homenagem aos 30 anos do lançamento do disco “Os Borges”, grande marco para a música mineira e para a Música Popular Brasileira; Carlos Mosconi em que solicita seja realizada visita ao Teatro da Cidade, em Belo Horizonte, para que os membros da Comissão participem de encontro com artistas e produtores culturais de Minas Gerais e conheçam os principais desafios enfrentados pelo setor artístico-cultural do Estado; e Luzia Ferreira em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de discutir a implementação do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, criado pela Lei Delegada nº 180, de 2011. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Elismar Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater a restrição a eventos culturais na Barragem Santa Lúcia, em Belo Horizonte; e Carlos Mosconi em que solicita seja realizada visita, em Poços de Caldas, para conhecer as atividades de promoção da música clássica nesse Município, em especial a Sinfonia das Águas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Carlos Mosconi.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/6/2011**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 221/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Fazenda pedido de informações sobre a arrecadação tributária total do Estado, por tributo, no Município de Contagem, bem como os repasses anuais respectivos a esse Município, no período de 2005 a 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 254/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências a fim de que o DER-MG envie cópia dos estudos técnicos que demonstram a viabilidade da instalação de radares fixos e móveis nas rodovias do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 275/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil e ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre os resultados dos inquéritos instaurados para a apuração da morte de Renilson Veriano da Silva e de Jefferson Coelho da Silva, ocorrida em fevereiro de 2011, na Vila Marçola, no Bairro Serra. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 299/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de informações sobre as quedas de fornecimento de energia elétrica em Coronel Fabriciano, de 2009 a 15/3/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 307/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido de informações sobre os recursos, repasses e aplicações respectivas concernentes ao estatuído na Lei Federal nº 9.615, de 24/3/98, em especial a destinação dos recursos de que trata o art. 6º, recebidos do Ministério do Esporte nos últimos 12 meses, bem como os relatórios e projetos detalhados, que se encontram em vigor, de aplicação de verba. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 312/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Financeira nº 5/2011, firmado entre a EMG - Sedese e a Associação Preparatória Cidadãos do Amanhã de Lagoa Santa - Aprecia -, para a implementação e o monitoramento das atividades do Programa Poupança Jovem nos Municípios de Ibituripe, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Sabará, Esmeraldas e Teófilo Ottoni, no valor global de R\$1.364.362,04. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 313/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Técnica nº 1/2011, em que figuram como partes o Escritório de Prioridades Estratégicas e a Prodemge, para a cessão da servidora da Prodemge Diully Soares Cândido Gonçalves, no valor de R\$57.948,31. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 340/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações que menciona, sobre o ingresso do Delegado Leonardo Moreira Pio na Polícia Civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 341/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Administração Prisional pedido de informações sobre as condições físicas do Sr. Willian Adriano de Castro no momento em que foi recluso no Presídio Floramar, bem como cópia da documentação referente ao preso, entregue pela Polícia Civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 401/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações que especifica, sobre a primeira prova de avaliação diagnóstica do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAAE - de 2011; e pedido de providências para que seja franqueado o acesso ao banco de dados utilizado para a elaboração dessa prova. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 472/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de informações sobre a relação dos trechos rodoviários estaduais nos quais se encontram instalados radares, lombadas



eletrônicas ou qualquer outro meio de aferição de velocidade para fins de autuação por infração de trânsito e de outras que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 616/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Chefe do Detran-MG pedido de informações sobre o valor arrecadado por ano pelo Estado a partir da vigência dos Decretos nºs 43.824, de 2004, e 44.806, de 2008, através da venda por leilão de veículos apreendidos ou depositados em pátios terceirizados, e sobre outras questões que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 758/2011, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais pedido de informações que menciona sobre os contratos firmados com o Instituto Mineiro de Desenvolvimento, com cooperativas, empresas e profissionais de agrimensura, com os respectivos processos licitatórios e eventuais termos aditivos; sobre questões administrativas e sobre a atitude da Secretaria à qual se vincula esse órgão em face da manifestação da Advocacia-Geral do Estado contrária a arrendamentos com cooperativas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 444/2011, do Deputado Célio Moreira, que altera a Lei nº 19.095, de 2/8/2010. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.111/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Sião o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 14.184, de 31/1/2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 717/2011, do Tribunal de Contas, que altera a estrutura de cargos de direção e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado de Minas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Subemendas nº 1, que apresenta, às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, e com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Subemendas nº 1, da Comissão do Trabalho, às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão do Trabalho, e com as Emendas nºs 5 a 7, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 823/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 29/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 29/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, o funcionamento das Centrais Macrorregionais do Sistema Estadual de Regulação (central de leitos).

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 257/2011, do Deputado Elismar Prado; 457/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 923 a 925/2011, do Deputado Inácio Franco; 948/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.038/2011, do Deputado Neilando Pimenta; 1.052/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 773/2011, do Deputado Delvito Alves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 789/2011, dos Deputados Dinis Pinheiro, Délio Malheiros, Gustavo Corrêa, Luiz Henrique, Neilando Pimenta e Mauri Torres; 840 e 946/2011, do Deputado Duarte Bechir; 844/2011, do Deputado Ivair Nogueira; 877/2011, do Deputado Pompílio Canavez; 880/2011, do Deputado Hélio Gomes; e 942/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 29/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento n° 1.037/2011, do Deputado Marques Abreu.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 29/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 89 e 90/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 182/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca; 199/2011, do Deputado Elismar Prado; 353/2011, do Deputado Fred Costa; 499 e 500/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 974/2011, do Deputado Tiago Ulisses; 997/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.231/2011, do Deputado Leonardo Moreira; e 5.092/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 755/2011, do Deputado Wander Borges.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 532/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 996/2011, do Deputado Neider Moreira; 1.033/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; e 1.049/2011, do Deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 636/2011, dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.442/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 29/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 952 a 990/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.031 e 1.032/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; e 1.053/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 29/6/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos: Requerimentos nºs 221/2011, da



Comissão de Direitos Humanos, em em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Fazenda pedido de informações sobre a arrecadação tributária total do Estado, por tributo, no Município de Contagem, bem como os repasses anuais respectivos a esse Município, no período de 2005 a 2010; 254/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências a fim de que o DER-MG envie cópia dos estudos técnicos que demonstram a viabilidade da instalação de radares fixos e móveis nas rodovias do Estado; 275/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil e ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre os resultados dos inquéritos instaurados para a apuração da morte de Renilson Veriano da Silva e de Jefferson Coelho da Silva, ocorrida em fevereiro de 2011, na Vila Marçola, no Bairro Serra; 299/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de informações sobre as quedas de fornecimento de energia elétrica em Coronel Fabriciano, de 2009 a 15/3/2011; 307/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido de informações sobre os recursos, repasses e aplicações respectivas concernentes ao estatuído na Lei Federal nº 9.615, de 24/3/98, em especial a destinação dos recursos de que trata o art. 6º, recebidos do Ministério do Esporte nos últimos 12 meses, bem como os relatórios e projetos detalhados, que se encontram em vigor, de aplicação de verba; 312/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Financeira nº 5/2011, firmado entre a EMG-Sedese e a Associação Preparatória Cidadãos do Amanhã de Lagoa Santa - Aprescia -, para a implementação e o monitoramento das atividades do Programa Poupança Jovem nos Municípios de Ibitiré, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Sabará, Esmeraldas e Teófilo Otôni, no valor global de R\$1.364.362,04; 313/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Técnica nº 1/2011, em que figuram como partes o Escritório de Prioridades Estratégicas e a Prodemge, para a cessão da servidora da Prodemge Diully Soares Cândido Gonçalves, no valor de R\$57.948,31; 340/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações que menciona, sobre o ingresso do Delegado Leonardo Moreira Pio na Polícia Civil; 341/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Administração Prisional pedido de informações sobre as condições físicas do Sr. Willian Adriano de Castro no momento em que foi recluso no Presídio Floramar, bem como cópia da documentação referente ao preso, entregue pela Polícia Civil; 401/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações que especifica, sobre a primeira prova de avaliação diagnóstica do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAAE - de 2011; e pedido de providências para que seja franqueado o acesso ao banco de dados utilizado para a elaboração dessa prova; 472/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de informações sobre a relação dos trechos rodoviários estaduais nos quais se encontram instalados radares, lombadas eletrônicas ou qualquer outro meio de aferição de velocidade para fins de autuação por infração de trânsito e de outras que menciona; 616/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Chefe do Detran-MG pedido de informações sobre o valor arrecadado por ano pelo Estado a partir da vigência dos Decretos nºs 43.824, de 2004, e 44.806, de 2008, através da venda por leilão de veículos apreendidos ou depositados em pátios terceirizados, e sobre outras questões que menciona; e 758/2011, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais pedido de informações que menciona sobre os contratos firmados com o Instituto Mineiro de Desenvolvimento, com cooperativas, empresas e profissionais de agrimensura, com os respectivos processos licitatórios e eventuais termos aditivos; sobre questões administrativas e sobre a atitude da Secretaria à qual se vincula esse órgão em face da manifestação da Advocacia-Geral do Estado contrária a arrendamentos com cooperativas; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57; 328/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 14.184, de 31/1/2002; 444/2011, do Deputado Célio Moreira, que altera a Lei nº 19.095, de 2/8/2010; 717/2011, do Tribunal de Contas, que altera a estrutura de cargos de direção e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado de Minas e dá outras providências; 823/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica; e 1.111/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Sião o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de junho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/6/2011, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a dívida do Estado com a União, em especial no que se refere à operação de refinanciamento autorizada pela Lei Federal nº 9.496, de 11/9/97, seus termos e impactos para o Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; os Deputados André Quintão, Fred Costa, Antonio



Lerin, Bosco e Carlin Moura, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 29/6/2011, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 1.697/2011, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/6/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o turno único do Projeto de Lei nº 1.309/2011, do Deputado Juninho Araújo, para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.069/2011, do Deputado Leonardo Moreira, em turno único, o Projeto de Lei nº 914/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, em turno único, os Requerimentos nºs 874/2011, do Deputado Duarte Bechir, 909 e 910/2011, do Deputado Carlin Moura, 921/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 929 e 930/2011, da Deputada Rosângela Reis, 940 e 941/2011, do Deputado Carlin Moura, 947/2011, do Deputado Duílio de Castro, 991/2011, do Deputado Fabiano Tolentino, 993/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 994/2011, da Deputada Liza Prado, 1.034/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.062/2011, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, de debater o transporte remunerado de carga (motofrete) no Estado de Minas Gerais e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fred Costa, Antonio Lerin, Bosco e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/6/2011, às 19 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de comemorar os 27 anos de criação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - e debater as questões de reforma agrária no Estado.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

André Quintão, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

“MENSAGEM Nº 68/2011

Belo Horizonte, 28 de junho de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, projeto de lei que concede reajuste aos servidores das carreiras da Polícia Civil, Polícia Militar, aos militares do Corpo de Bombeiros, bem como aos Agentes de Segurança Penitenciários e Socioeducativos. O reajuste proposto será escalonado em seis etapas, a serem implementadas entre outubro de 2011 e abril de 2015.

A expressiva elevação da remuneração das categorias supracitadas, em decorrência da aplicação dos percentuais previstos no anteprojeto, denota o objetivo do Governo de contribuir para o fortalecimento do Sistema de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, promovendo uma efetiva valorização dos servidores que nele atuam.

Destaco que todos os valores de impacto financeiro decorrentes da proposta contida no presente anteprojeto foram aprovados conforme a disponibilidade financeira e orçamentária e são compatíveis com os limites de despesas determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 2.109/2011

Reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das categorias que menciona.

Art. 1º - Ficam reajustados em 10% (dez por cento), a partir de 1º de outubro de 2011:

I - o vencimento básico dos cargos integrantes das carreiras policiais civis, a que se refere a Lei Complementar nº 84, de 25 de julho de 2005;

II - o vencimento básico dos cargos integrantes das carreiras administrativas da Polícia Civil, a que se referem os incisos IV, V e VI do art. 1º da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004;

III - a remuneração básica dos postos e graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;



IV - o vencimento básico dos cargos integrantes das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar, a que se referem os incisos VII, VIII, IX, X e XI do art. 1º da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004;

V - os valores da tabela de vencimento básico da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, criada pela Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003;

VI - o vencimento básico da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, a que se refere o art. 6º da Lei nº 13.720, de 27 de setembro de 2000;

VII - os valores da tabela de vencimento básico da carreira de Agente de Segurança Socioeducativo, instituída pela Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004;

VIII - os valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo, celebrados com base no disposto na Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009.

Parágrafo único - Para fins do reajuste de que trata o inciso VIII do “caput”, fica dispensada a celebração de termo aditivo ao contrato temporário vigente.

Art. 2º - Ficam reajustados em 12% (doze por cento), a partir de 1º de outubro de 2012, os valores resultantes da aplicação do disposto no “caput” do art. 1º.

Art. 3º - Ficam reajustados em 10% (dez por cento), a partir de 1º de outubro de 2013, os valores resultantes da aplicação do disposto no art. 2º.

Art. 4º - Ficam reajustados em 15% (quinze por cento), a partir de 1º de junho de 2014, os valores resultantes da aplicação do disposto no art. 3º.

Art. 5º - Ficam reajustados em 12% (doze por cento), a partir de 1º de dezembro de 2014, os valores resultantes da aplicação do disposto no art. 4º.

Art. 6º - Ficam reajustados em 15% (quinze por cento), a partir de 1º de abril de 2015, os valores resultantes da aplicação do disposto no art. 5º.

Art. 7º - O disposto no “caput” do art. 1º e nos arts. 2º a 6º aplica-se aos servidores inativos que fazem jus à paridade, nos termos da Constituição da República.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 772/2011

Comissão de Administração Pública Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o Projeto de Lei nº 772/2011 “dispõe sobre a comprovação do registro na respectiva entidade de fiscalização profissional, para investidura em cargos, empregos ou funções na administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo de Minas Gerais e dá outras providências”.

A proposição foi preliminarmente distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Consoante o disposto no Regimento Interno, compete-nos agora examinar o mérito da proposta em epígrafe.

Fundamentação

Inicialmente, cabe-nos advertir que esta Comissão analisou a matéria na precedente legislatura, caso em que opinou pela aprovação da proposição com as Emendas nº 1 e 2, que apresentou. Por concordarmos com a argumentação apresentada naquela oportunidade, passamos a reproduzi-la a seguir:

“Dispõe o art. 1º da proposição ora examinada que a investidura em cargos, empregos ou funções na administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo de Minas Gerais e também a nomeação para cargos em comissão de livre provimento para os quais é exigida habilitação profissional de nível superior serão precedidas da comprovação de registro no conselho regional de fiscalização profissional.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça fez referência ao inciso XIII do art. 5º da Constituição da República – segundo o qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer – para concluir que profissões regulamentadas impõem ao Estado o dever de aferir se o servidor está legalmente habilitado para trabalhar, o que demonstra ter a proposta em epígrafe plena sustentação jurídica. Compete ao ente político estadual, como a qualquer outra instituição pública ou privada, exigir que seus servidores exibam seu registro profissional, colaborando com o trabalho desenvolvido pelos conselhos profissionais.

A proposta em epígrafe, uma vez aprovada, permitirá que se desencadeiem procedimentos para a verificação das condições técnicas dos servidores públicos estaduais, algo que haverá de se converter em relevante garantia social. Afinal, se existem normas para regular o exercício de determinadas profissões, é porque se deve exercê-las segundo padrões técnicos que resguardem a população dos riscos oferecidos por trabalhadores despreparados.

Apenas com o objetivo de facilitar a execução dos comandos principais da proposta, estamos propondo duas emendas, ao final deste parecer: a primeira delas objetiva remeter para o regulamento da lei a fixação de prazo para a comprovação da habilitação profissional, e a segunda visa a evitar transtornos burocráticos ao Estado.”

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 772/2011, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, a seguir redigidas.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao § 1º do art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º – (...)”

§ 1º – Os atuais ocupantes dos cargos, empregos ou funções mencionados neste artigo deverão, no prazo definido em regulamento, comprovar sua habilitação profissional.”

EMENDA Nº 2

Suprima-se o § 3º do art. 1º.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente – Neider Moreira, relator – Ivair Nogueira – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.092/2010

(Nova redação, nos termos do § 1º do art. 138 do Regimento Interno)

Comissão de Administração Pública

Relatório

Por meio da Mensagem nº 587, de 14/12/2010, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa Legislativa o projeto de lei em epígrafe, que cria cargos e altera a estrutura da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, modifica o Anexo III da Lei nº 15.462, de 2005, reajusta os valores da vantagem pessoal de que trata o art. 1º da Lei nº 10.470, de 1991, e dá outras providências.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, em regime de urgência, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, do Regimento Interno.

Por meio da Mensagem nº 14, de 22/2/2011, o Governador do Estado solicitou a esta Casa Legislativa a retirada do regime de urgência da proposição.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do projeto de lei na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Agora, vem a proposição a esta Comissão para exame de mérito, nos termos do art. 102, I, “e”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise tem por objetivo principal organizar a administração pública estadual, abrangendo diversos quadros de pessoal de órgãos e entidades do Poder Executivo, “com importantes alterações em partes das leis que dispõem sobre os planos de carreira dos servidores públicos civis voltadas para a melhor adequação e aperfeiçoamento de sua estrutura e do seu ajuste ao princípio constitucional da eficiência”, segundo justificativa encaminhada com a proposição.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Substitutivo nº 1, no qual realizou mudanças necessárias à adequação do projeto de lei às disposições constitucionais e legais vigentes, bem como à técnica legislativa.

Feitas tais considerações, passemos à análise do conteúdo do projeto de lei em tela.

O projeto pretende alterar para 13.365 o quantitativo de cargos da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, com a criação de 8.361 cargos, propiciando a realização de novos concursos públicos, tendo em vista a exigência constitucional de que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração” (Constituição Federal, art. 37, II).

Ressalte-se que, no Ofício nº 974/2010, encaminhado junto com a Mensagem nº 587/2010, há a informação de que a criação dos referidos cargos não gera impacto financeiro, pois destina-se à substituição de contratos administrativos mediante a realização de concursos públicos.

Ainda em relação à carreira de Agente Penitenciário, o projeto pretende alterar o plano de carreira, eliminando os limites de vagas por nível para a promoção na carreira, mantidos os requisitos previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 14.695, de 30/7/2003. Tal medida vai ao encontro do padrão adotado na estruturação das demais carreiras do Poder Executivo.

As alterações mencionadas, portanto, estão em total consonância com os princípios e disposições constitucionais, já que o cargo de Agente Penitenciário é função permanente e relevante, responsável pela custódia, segurança, manutenção da ordem e disciplina nos estabelecimentos penitenciários.

Propõe-se, ainda, a criação de 116 cargos da carreira de Gestor Ambiental, totalizando 189 cargos, com lotação na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 15.461, de 13/1/2005, que prevê a lotação dos cargos de Gestor Ambiental na referida Pasta.

Outra medida proposta pela proposição tem por finalidade a correção do Anexo III da Lei nº 15.462, de 13/1/2005, que contém o quantitativo de cargos resultantes de efetivação pela Emenda à Constituição nº 49, de 2001, e de detentores de função pública não efetivados, pertencentes ao quadro da Fhemig. Tal medida, conforme esclarece a exposição de motivos que acompanha o projeto, não gera impacto financeiro.

Igualmente, promove-se a adequação de alguns itens dos Anexos das leis que estão sendo alteradas pela proposição.

Por conseguinte, estão sendo feitas alterações na Lei nº 15.463, de 13/1/2005, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Educação Superior do Poder Executivo e dá outras providências, com a finalidade de permitir o ingresso de servidores efetivos para



desempenhar atribuições que atualmente são exercidas por meio de contratos administrativos, em total conformidade com a Constituição da República e os princípios da moralidade, eficiência, legalidade e impessoalidade, que regem a administração pública.

As alterações pretendidas são: a inclusão da Fundação Helena Antipoff – FHA – no rol de entidades onde haverá lotação de cargos de Professor de Educação Superior, Analista Universitário, Técnico Universitário e Auxiliar Administrativo Universitário; a alteração do quantitativo de cargos da carreira de Professor de Educação Superior, de Analista Universitário e de Técnico Universitário, com a criação, respectivamente, de 115, 5 e 9 cargos dessas carreiras; a inclusão do parágrafo único no art. 4º da Lei nº 15.463, de 2005, dispondo, expressamente, que a lotação naquela Fundação destina-se, exclusivamente, ao Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira – Iseat.

Outrossim, altera-se o “caput” do inciso I do art. 3º da Lei nº 15.466, de 13/1/2005, para incluir a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex – no rol das entidades e órgãos onde é estabelecida a lotação de cargos pertencentes ao Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia do Poder Executivo, instituído pela referida lei. A mudança tem por objetivo disponibilizar servidores das carreiras de Auxiliar em Atividades de Ciência e Tecnologia, Técnico em Atividades de Ciência e Tecnologia e Gestor em Ciência e Tecnologia para a entidade Hidroex, que ainda não possui um quadro próprio de servidores efetivos. Nos termos da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, a Hidroex é entidade que integra, por vinculação, a área de competência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Com propósito semelhante, está sendo dada nova redação ao “caput” do inciso I do art. 3º da Lei nº 15.468, de 13/1/2005, para inserir a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – e a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – no rol das entidades e órgãos onde é estabelecida a lotação de cargos pertencentes ao Grupo de Atividades de Desenvolvimento Econômico e Social do Poder Executivo. O referido dispositivo estabelece os órgãos e entidades onde são lotados servidores integrantes das carreiras de Auxiliar de Serviços Operacionais, Assistente de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento e Analista de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento.

A fim de atender uma reivindicação dos servidores oriundos da extinta MinasCaixa, está proposto um reajuste de 10%, retroativo a maio de 2010, para o valor da vantagem pessoal de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.470, de 15/4/91. Com essa medida, a referida vantagem pessoal será reajustada com o mesmo índice aplicado ao vencimento básico da maioria das carreiras do Poder Executivo em maio de 2010.

A proposição em estudo também pretende dispor sobre o pagamento do Prêmio por Produtividade e tem por finalidade estender o pagamento do referido prêmio aos dirigentes de órgãos e entidades e seus respectivos Adjuntos e Vices; viabilizar o pagamento do Prêmio por Produtividade a todos os servidores contratados, suprimindo-se o prazo contratual superior a seis meses previsto na Lei nº 18.185, de 4/6/2009, como condição para o pagamento do prêmio; e autorizar o pagamento do Prêmio por Produtividade ao pessoal contratado, independentemente de previsão contratual, se o órgão ou a entidade contratante houver firmado Acordo de Resultados e houver alcançado as metas pactuadas no período de referência correspondente ao ano de 2009.

Outra proposta do projeto consiste em dar nova redação ao art. 20 da Lei nº 14.870, de 16/12/2006, que dispõe sobre a faculdade dada ao Poder Executivo de ceder servidor civil para Oscip. A Comissão de Constituição e Justiça modificou o dispositivo adequando-o ao § 13 do art. 14 da Constituição Estadual, acrescentando o consentimento do servidor como condição para a cessão. Estabelece-se que o período em que o servidor estiver afastado será considerado, nos termos de regulamento, como de efetivo exercício para fins de contagem de tempo para promoção e progressão na carreira, para adicionais por tempo de serviço e para aposentadoria, devendo o servidor licenciado recolher as contribuições mensais previstas nos arts. 29 e 30 da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002. Tal medida, que julgamos oportuna e meritória, é para regularizar a situação previdenciária dos servidores que se encontram nessa situação, conforme consta da exposição de motivos que acompanha o projeto.

Por derradeiro, pretende a proposição regularizar a situação da vantagem pessoal percebida por servidor inativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – cujo ato de aposentadoria tenha sido publicado até a data do início da vigência da Lei nº 14.683, de 30/7/2003, com direito à percepção de remuneração de cargo de provimento em comissão e à correlação prevista no Anexo V.II.1 da Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007.

Essa mudança, como bem ressaltado pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por fundamento o art. 17 da Lei Delegada nº 175, de 2007, alterada pela Lei Delegada nº 182, de 21/1/2011, pois a revisão dos proventos de tais servidores deveria ter considerado, na hipótese de um provento superior ao valor do vencimento do cargo correspondente, a referida diferença como vantagem pessoal e a nomenclatura utilizada para esse fim. Além disso, não havia regulamentação da situação da diferença de valor que porventura pudesse ocorrer após a revisão dos proventos, não obstante o § 3º do art. 17 da Lei Delegada nº 175, de 2007, assegurar que a revisão não acarretará redução dos valores dos proventos do servidor aposentado.

No substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, também constam as Emendas nºs 1 a 8, encaminhadas pelo Governador do Estado por meio da Mensagem nº 48/2011.

A Emenda nº 1, conforme exposição de motivos, acrescenta um nível à tabela de subsídios da carreira de Professor de Educação Básica da Polícia Militar, com requisito de escolaridade correspondente à licenciatura curta. Isso porque, atualmente, embora os ingressos na referida carreira tenham a licenciatura plena como requisito mínimo de ingresso, a existência de professores, no quadro da PMMG, com licenciatura curta justifica a instituição de um nível transitório, apenas para fins de posicionamento dos atuais servidores, viabilizando a percepção da remuneração pelo novo regime de subsídio, sem, contudo, gerar impacto financeiro.

Com efeito, norma transitória com esse fim, ou seja, voltada para a carreira dos profissionais da educação básica do Estado, já está prevista no art. 11 da Lei nº 18.975, de 29/6/2010, que fixa o subsídio das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo Estadual e do pessoal civil da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A alteração, portanto, tem por finalidade corrigir a omissão e evitar prejuízo à categoria, com pleno amparo no princípio da isonomia.



A Emenda nº 2 viabiliza a cessão formal de servidores oriundos da Subsecretaria de Políticas Antidrogas da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude para a Secretaria de Estado de Defesa Social, formalizada nos termos de regulamento, com ônus para a Secretaria de Estado de Defesa Social, em razão da transferência de competências relativas à temática antidrogas de um órgão para outro.

As Emendas nºs 3 e 4 buscam adequar a legislação das carreiras à nova estrutura da administração pública do Poder Executivo, instituída pela Lei Delegada nº 179, de 2011, inserindo a Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego – Sete – no rol de entidades citadas no art. 3º a que se refere o art. 12 da proposição, bem como atualizando o nome da Auditoria-Geral do Estado para Controladoria-Geral do Estado.

A Emenda nº 5 é necessária e oportuna, porquanto altera a redação do art. 11 da Lei nº 19.490, de 13/1/2011, que dispõe sobre consignação em pagamento de servidor público ativo ou inativo e de pensionista do Estado, ajustando-o ao comando do § 2º do art. 34 da Constituição Estadual. Com efeito, a prevalecer a atual redação do mencionado art. 11, poder-se-ia inviabilizar o desconto das consignações previstas no dispositivo constitucional em favor dos sindicatos e associações de classe.

Já a Emenda nº 6, em total consonância com o princípio da isonomia, altera dispositivos da Lei nº 15.301, de 10/8/2004, estendendo ao Professor de Educação Básica da Polícia Militar as disposições relativas à extensão de jornada do Professor de Educação Básica, de que trata a Lei nº 15.293, de 5/8/2004, que institui as carreiras dos profissionais de educação básica do Estado.

Por sua vez, a Emenda nº 7 objetiva aprimorar as regras previstas no art. 2º-A da Lei nº 14.693, de 30/7/2003, que institui o Adicional de Desempenho – ADE. A referida emenda estabelece que os valores máximos do ADE variarão entre 6% e 70% do vencimento básico do servidor e que os resultados da Avaliação de Desempenho Institucional poderão ser considerados no cálculo do ADE. Dispõe ainda como ocorrerá a apuração dos resultados obtidos na ADI, na AED e na Avaliação de Desempenho Institucional, para fins de cálculo do ADE, estabelecendo, finalmente, a vigência de seus efeitos financeiros.

Por último, a Emenda nº 8 visa tão somente a correção do quantitativo de membros do Conselho Estadual da Juventude, previsto no art. 3º da Lei Delegada nº 94, de 29/1/2003, tendo em vista que a Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011, alterou sua composição de 13 membros para 14, possibilitando a inclusão de um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte.

Durante a discussão da matéria, foi apresentada proposta de emenda à proposição pelo Deputado Délio Malheiros, a qual foi aprovada por esta Comissão, razão pela qual passa a integrar este parecer, na forma da Emenda nº 4, redigida na Conclusão.

Conclusão

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.092/2010 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, a seguir redigidas.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... – Ao servidor colocado à disposição de outro órgão ou Poder e que tenha retornado ao órgão de origem ficam assegurados os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo ou emprego de origem, mediante comprovação de avaliação realizada pelo titular do órgão em que tenha estado em exercício.”

EMENDA Nº 2

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... – O servidor colocado à disposição de outro órgão ou Poder terá direito a aposentadoria no órgão de destino, com os direitos e deveres do cargo exercido, desde que o tempo em que tenha estado à disposição seja superior ao tempo de serviço prestado no órgão de origem.”

EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... – Ao servidor que, em função de sua lotação por determinação superior ou por exercício de mandato eletivo, não tenha feito jus ao desenvolvimento na carreira é assegurado o reposicionamento na carreira correspondente ao período da referida lotação.”

EMENDA Nº 4

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... – Para aplicação do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003, será considerado todo o tempo de efetivo exercício de cargo de provimento em comissão por parte do servidor a que se refere o art. 4º da Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990.”

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente – Ivair Nogueira, relator – Neider Moreira – Délio Malheiros – Bonifácio Mourão.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 27/6/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, c/c art. 133, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observado o disposto nas Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 24/5/11, o servidor Antônio de Farias, inscrito no CPF sob o nº 243.028.566-53, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-49, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Obra Social da Paróquia de Santa Catarina Labouré. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada (art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993).

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Projesom Projetos e Instalações de Som Ltda. Objeto: fornecimento, com instalação e treinamento, de sistemas de áudio digital. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-4.4.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais 2ª Conveniente: Município de Malacacheta. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar de 23/5/2011. Dotação orçamentária: 02.04.04.122.2202-2024.

**ERRATA****ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/6/2011**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/6/2011, na pág. 73, col. 1, sob o título “Leitura de Comunicações”, onde se lê:

“784 a 786/2011, do Deputado Elismar Prado”, leia-se:

“784 a 786/2011, do Deputado Elismar Prado, na forma do Substitutivo nº 1”.